

Agricultores protagonistas da segurança alimentar e da transição agroecológica

Nina Paula Laranjeira, César Adriano de Souza Barbosa, Universidade de Brasília (UnB)

GT 11 - Investigación militante y participativa

Apresentação:

Este trabalho trata de projeto de Pesquisa-ação desenvolvido no Assentamento Sílvia Rodrigues (PASR), situado no município de Alto Paraíso de Goiás, na região denominada Chapada dos Veadeiros, entre os anos de 2014 e 2016, como ação de Extensão Universitária do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa em Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica (NASPA), do Centro UnB Cerrado. Este assentamento é considerado pela regional em que se insere no órgão federal responsável, (SR-28 do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como “modelo” para a região. Entretanto, na prática isso não significa estabilidade ou qualidade de vida para a maioria dos assentados.

Se considerarmos a apresentação das políticas públicas do governo federal para a reforma agrária em sites oficiais, a imagem de assentamento modelo não parece fazer sentido, pois em cerca dez anos na terra, a maior parte das famílias parecia ter avançado relativamente pouco em relação às políticas governamentais propostas.

A pesquisa em questão se propôs a realizar ações utilizando-se de metodologias participativas, de forma a oferecer o conhecimento e a estrutura acadêmica para, por meio de processos dialógicos, avançarmos juntos na busca de soluções para problemas apontados pelos assentados.

A partir dos estudos da transdisciplinaridade (Nicolescu, 1999), da pesquisa-ação e pesquisa participante (autores como Thiollent, Fals Borda e Brandão), assim como princípios pedagógicos desenvolvidos por Paulo Freire e pela educação popular, buscamos caminhos que possam ressignificar o papel social da Universidade, da produção de conhecimento e da Extensão Universitária e, junto com as famílias envolvidas compreender a dinâmica da organização social e produtiva, a fim de avançar na transição agroecológica e na segurança alimentar e nutricional, ou seja, na consolidação deste assentamento e o cumprimento do seu papel social. Desta forma foi possível acompanhar e analisar parte do percurso dessa comunidade, empenhada em concretizar os objetivos da reforma agrária.

Entre os desafios para os pesquisadores, a conquista da confiança pode ser apontado como o mais importante, e que depende da escuta sensível, de sua postura de humildade e do desejo de realmente trocar saberes, inquietações e sonhos. Os ganhos são muitos e para todos. A riqueza das relações humanas que se estabelecem consideramos como o principal,

mostrando-se como esteio que sustentará todo o processo de construção coletiva da sustentabilidade dos grupos de agricultores.

Base Teórica:

A fundamentação do trabalho está na transdisciplinaridade (Nicolescu, 1999) e no paradigma agroecológico (ALTIERE e NICHOLLS, 2000), condizentes com a metodologia utilizada: a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011; BRANDÃO e STRECK, 2006; FARLS BORDA, 1990).

A escolha da transdisciplinaridade como fundamento de ação e de pesquisa deve-se ao desencanto com os paradigmas convencionais da ciência que, concordando com Nicolescu (2001, p.14), levaram à situação civilizatória onde “A felicidade individual e social, que o cientificismo nos prometia, afasta-se indefinidamente como uma miragem.”.

Ainda de acordo com este autor, o que há em comum nas histórias de declínio de civilizações é a defasagem entre a mentalidade dos atores envolvidos e as necessidades de desenvolvimento de uma sociedade, como se os conhecimentos produzidos não pudessem ser agregados ao interior dos indivíduos. Assim, faz-se necessário que a Universidade trabalhe não somente na produção de novos conhecimentos, mas também no diálogo entre esses conhecimentos e os conhecimentos e saberes da população, como forma de colaborar para o avanço de nossa sociedade, no momento atual de crise, disponibilizando o conhecimento científico como mais um instrumento para alavancar as transformações que se fazem necessárias.

Fazendo coro a Nicolescu, Silva (1999) trouxe a transdisciplinaridade para perspectiva metodológica, chamando a atenção para o processo dialógico, por vezes aparentemente contraditório, que possibilita chegar a sínteses que somente são possíveis em um outro plano, ou nível de realidade. O trabalho do pesquisador é, portanto, perceber estes níveis e buscar soluções fora do plano onde se dá a contradição (lógica do terceiro incluído). Aponta para o poder da lógica da transdisciplinaridade, que em uma *dimensão cognitiva*, confia na capacidade do sujeito aprender com sua *ação no ambiente que o cerca*, esta é a dimensão da produção do conhecimento. É aí então onde busca-se atuar: no cotidiano, no mundo real. Habilidade transdisciplinar. Da mesma forma, Freire (2006) já havia trazido a questão da aprendizagem pela interação, pelo diálogo ético onde o educador se coloca humilde e sinceramente diante do educando.

Confiando nesses fundamentos, partiu-se para interação com a realidade do Assentamento Sívio Rodrigues, com objetivo de produzir conhecimentos com e sobre esta

comunidade, instaurar processos dialógicos e educadores, capazes de modificar práticas e concepções e assim caminhar para condições melhores de: produção agroecológica, comercialização, segurança alimentar e, sobretudo, empoderamento e emancipação dos agricultores.

Para chegar a objetivos dessa natureza a metodologia adotada foi a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), assim como elementos da pesquisa-participante (BRANDÃO, 1985, 1990), e da investigação ação participante IAP, de Fals Borda (1990). Para Thiollent (2011) a pesquisa-ação é pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Neste caso, “*A interpretação da realidade observada e as ações transformadoras são objetos de deliberação*” (p. 19), estando aí a natureza argumentativa (deliberativa) da pesquisa-ação.

A ação a que se refere Thiollent, é ação não trivial, problemática, que requer investigação para ser elaborada e conduzida. Assim, o pesquisador tem o papel de organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação da ação planejada. Na mesma linha, a pesquisa participante, além de seu potencial de transformação de realidades, traz em si o potencial emancipatório. Vem sendo desenvolvida desde a década de 70 por diversos pesquisadores e, como referência no tema, citamos: Fals Borda, Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire. Brandão e Streck (2006) analisando o estado da arte da pesquisa participante (incluindo a pesquisa-ação e a IAP), observam que esta ainda permanece como um conjunto de práticas, com princípios comuns, mas sem uma definição precisa. Gestada e nascida no contexto dos movimentos sociais e da educação popular, estende-se a outros espaços e contextos há mais de meio século por toda a América Latina, sempre em processo contínuo de autocrítica, de rever-se e reinventar-se.

Thiollent (2006) e Streck e Adams (2014) discutiram o conceito de emancipação ao longo do tempo e das transformações vividas pela sociedade. Os últimos consideraram que a emancipação/libertação “*Relaciona-se à expressão mais elevada das potencialidades humanas que articula a dimensão social e a política na perspectiva de construir caminhos instituintes alternativos aos da sociedade burguesa.*” (pag. 67). Assinalam a gênese dessa concepção ao marxismo e à teoria crítica da Escola de Frankfurt, fontes também encontradas na concepção de Paulo Freire, cujo trabalho teve foco na emancipação e libertação da condição de opressão vivida por parcelas da sociedade contemporânea.

A escola Freiriana traz, portanto, importantes ensinamentos para a extensão universitária (a nosso ver o componente da academia capaz de reunir ensino-pesquisa-extensão), ao observar “... *que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção*

de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com que trabalhamos.” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1990, p.19).

As metodologias e fundamentos até aqui expostos se afinam integralmente aos princípios da Agroecologia, ciência que estuda os princípios e processos ecológicos relacionados com os sistemas produtivos ou agroecossistemas, os quais estão referenciados na ação humana. Os agroecossistemas compreendem os ecossistemas alterados para produção de bens para os seres humanos, ou seja, o meio abiótico (rochas, minerais, clima, etc.), o meio biótico (comunidades de plantas, animais e outros organismos) e as interações dentro e entre os meios biótico e abiótico em áreas antropizadas para produção (GLIESSMAN, 2007).

A perspectiva agroecológica objetiva um melhor aproveitamento e conservação dos recursos naturais, do funcionamento dos agroecossistemas e da cultura local, visando o bem-estar da população humana e proporcionando um desenvolvimento ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. Assim, a diversidade dos fatores envolvidos mostra questões relacionadas com diferentes áreas do conhecimento (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). O paradigma integrador inerente ao estudo agroecológico busca bases científicas capazes de analisar o agroecossistema a partir de uma abordagem que possa incluir os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, ecológicos e agrônômicos (GLIESSMAN, 2010; CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2011), integrando ao estudo a cultura e os conhecimentos tradicionais no âmbito do desenvolvimento rural e do sistema alimentar das populações envolvidas no processo produtivo (EMBRAPA, 2006).

Problema Estudado:

A questão central colocada pelos agricultores foi o desejo de viver da terra, produzindo sem produtos químicos e acessar os mercados locais, assim como os desafios enfrentados para conquistar esses objetivos. Entendemos que a organização social seria o melhor caminho para atingir estes objetivos, ponto de vista compartilhado com o grupo.

Os principais desafios apontados pelos agricultores foram: solo fraco e dificuldades com adubação e obtenção de esterco, sobretudo pelo frete, muito caro; presença de insetos, pragas e fungos e a dificuldade de combatê-los com remédios naturais, em parte consequência do uso intensivo de agrotóxicos (monocultura) ao redor e dentro do assentamento; falta de recursos para investir na produção (ainda não tinham acesso ao microcrédito do PRONAF, por não terem a DAP definitiva – Declaração de Aptidão ao PRONAF); dificuldade de acesso à água; falta de assistência técnica (instituição contratada pelo INCRA com esta finalidade apresentava muitos problemas, entre eles a descontinuidade

de repasse de recursos pelo Governo Federal, o que paralisava o serviço); dificuldade de transporte para escoar a produção; estavam organizados em três associações, alguns agricultores participam de duas, e todas funcionavam precariamente.

Analisando a situação de forma crítica, chegamos à compreensão de que os entraves ao acesso de políticas públicas e a fragilidade da organização social eram os principais problemas a serem enfrentados.

Ações e Construção do Conhecimento:

Por meio de oficinas e rodas de conversa, foram levantados dados de produção das famílias interessadas em participar da proposta, assim como os desafios para produzir e comercializar. Com relação à produção, os desafios eram, conforme relatado acima, pragas, baixa fertilidade dos solos, pouco acesso à políticas públicas e monocultura na vizinhança. Mas, ainda que pudessem ampliar a produção, para comercialização direta tinham dificuldade para participar da Feira da cidade, que além de já saturada, havia atitudes preconceituosas contra esses agricultores. Apesar de alguns agricultores desse assentamento já participarem dessa Feira, nunca puderam se tornar associados da organização gestora da mesma. Ao longo do processo, identificou-se que por trás da postura daquela organização, estava a concentração do poder local nas mãos de grupos políticos apoiados pela agricultura industrial, o que foi sendo desvendado pelos discursos de atores locais.

Bruno (2016) discorre sobre os *“mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso das elites agroindustriais”* (p.142) e que se proliferam pela sociedade brasileira como verdade. É o discurso do opressor, que consolidada uma concepção de sociedade estática, do que sempre foi e sempre será, mantendo o agricultor familiar imobilizado por um suposto destino imutável. A força da retórica das elites agroindustriais que, ao não reconhecer uma grande parte dos agricultores familiares, falando de sua incapacidade de se inserir produtivamente no mercado, impede a construção da identidade dessa parcela da população rural.

A dificuldade de acesso às políticas públicas, assim como a fragmentação da organização social das famílias, denotada pela presença de três associações em uma comunidade com cerca de 120 famílias foram trazidas à luz para debate durante as ações do projeto. Este se constituiu também de visitas às famílias por técnicos em agroecologia do projeto, possibilitando a valorização e ampliação do uso de técnicas e conhecimentos agroecológicos, assim como a melhoria da segurança alimentar. Para viabilizar a participação destes agricultores no mercado local foi formada uma comissão, com a presença de representantes da Prefeitura de Alto Paraíso e das associações envolvidas para criação de

uma nova Feira na cidade. A criação desta Feira, representaria a criação de um espaço da agricultura familiar camponesa, autônomo e livre das pressões locais.

Um levantamento por meio de questionário aplicado a cerca de 40 famílias, mostrou que, não obstante as diferentes histórias de vida, a maior parte das famílias tem origem camponesa e que por isso resistem na terra, apesar de tantas dificuldades.

Foi necessário aprofundar a investigação sobre as relações entre produtores e produção e sobre o “sonho” da comunidade. Considerando a fragilidade da organização social, iniciativas de mutirão para trocas de conhecimentos foram apoiadas, pois havia aí agricultores com conhecimentos bastante avançados, já comercializando e em plena transição agroecológica.

A Feira, criada pelo esforço de organização das três associações, recebeu o nome de Feira Popular da Agricultura Familiar e trouxe consigo o símbolo da luta pela identidade camponesa desses agricultores.

Constatando-se a necessidade da assistência técnica, as visitas dos extensionistas do projeto com experiência em agroecologia foi então fundamental, dentro do espírito da “interação social”, de Freire (1992), e da própria agroecologia, construída pela troca de conhecimentos científicos e não científicos. Tais visitas, para além dos objetivos técnicos, foram importantes para a construção das relações de confiança entre a equipe e as famílias, fortalecendo o trabalho conjunto. As visitas, às vezes sob a forma de mutirões, incluindo grupos de jovens do assentamento, objetivaram uma “assistência técnica”, dentro do paradigma da Agroecologia, e por isso abordando temas, como a importância da diversidade do plantio e do domínio sobre as sementes que, para além dos benefícios para a produção, poderiam garantir a alimentação saudável para a família, ampliação das possibilidades de comércio e a possibilidade de almejar a Soberania Alimentar nesta região. A importância da organização social comunitária, muito cara à Agroecologia, foi sempre tema transversal. A segurança/soberania alimentar e a importância da Agroecologia diante do quadro de mudanças climáticas foram tratadas em diversas oportunidades, pois a falta d’água é crescente e vem atingindo muitas famílias.

Da mesma forma, as reuniões que tinham como foco a criação e depois a organização da Feira e o acesso ao PRONAF, também traziam os temas da agroecologia em seu sentido mais amplo, como forma de discutir soluções para os desafios encontrados.

No ano de 2015, de acordo com a empresa de ATER, 69 famílias tiveram seus projetos encaminhados para acesso ao PRONAF, entretanto, até o final de 2016, 23 famílias (entre as 69), por motivos burocráticos diversos, não tinham conseguido receber o crédito. Ainda mais

grave foi a constatação sobre a falta de autonomia das famílias para decidir sobre o conteúdo de seus projetos, o que fez com que alguns desistissem da solicitação.

Avanços e Novos Conhecimentos:

O trabalho conjunto entre comunidade e universidade resultou na criação da Feira Popular da Agricultura Familiar, no avanço das famílias envolvidas tanto na produção quanto na transição agroecológica, e no fortalecimento e empoderamento de suas organizações.

Visitas realizadas às famílias participantes da Feira com intervalo de um ano (2015 e 2016) mostraram que estas avançaram na transição agroecológica, o que foi medido pela introdução de diversas técnicas e pela frequência da presença na Feira, demonstrando a estabilidade na produção. Esse resultado foi compartilhado com todo o grupo.

Entretanto, a dificuldade de organização segue sendo o principal desafio desta comunidade, que agrega pessoas de diferentes regiões do país e com diferentes experiências prévias, incluindo passagens pela vida urbana. Por outro lado, o sucesso da Feira e o que representa em termos de conquista de um espaço social, mostrou a todos a importância da organização dos agricultores e do papel da Universidade como agregadora e motivadora da união, colaborando para reunir as pessoas, e sobretudo por trazer para a pauta o papel social da agricultura familiar.

De certa forma, a Universidade fez o papel do Estado no tocante à ATER, e com isso demonstrou a importância dessa política pública para o avanço da produção da agricultura familiar. Foi possível discutir essa lacuna deixada pelo poder público, pois enquanto a agricultura industrial recebe diversos subsídios e créditos, a agricultura familiar fica sujeita a repasses incertos de recursos para ATER e a diversos obstáculos para acesso ao PRONAF.

A análise de todo esse processo, potencialidades e desafios enfrentados pelos assentados em sua trajetória até aqui, mostra a dificuldade de estabilização desses assentamentos, e a demora em acessar o crédito público que possibilitaria investimentos mais robustos na produção. A interação social com essa comunidade, onde a maioria tem origem campesina, mostrou o desejo de viverem na e da terra, enquanto a criação da Feira, trouxe a importância de sua produção para o mercado local. Ressalta-se a tomada de consciência das famílias envolvidas sobre o fundamental papel da agricultura familiar de base agroecológica, para a segurança alimentar e conservação ambiental da região.

Conclusões:

Reafirma-se assim, o papel da Extensão Universitária, no sentido de Freire (1992), como interação social, para o empoderamento e valorização da Agricultura Familiar, e para que a Universidade possa cumprir seu papel social, colocando o conhecimento científico a serviço do bem comum.

A trajetória do Assentamento Sílvia Rodrigues, desde sua criação em 2005 até os dias de hoje, mostra a força da luta dos agricultores para serem reconhecidos e se estabelecerem na terra, vivendo de sua produção e cuidando de suas famílias. A origem campesina de grande parte das famílias oferece suporte e resistência para permanecer na terra, ainda que tenham que se render a trabalho fora ou a parcerias com a agricultores de monoculturas, a fim de se manterem a luta pelo sonho. A agricultura familiar demonstra assim seu potencial e sua força.

As políticas públicas oferecidas pelo governo federal são essenciais, mas, diferente das informações oficiais, não são automáticas e tampouco tem a eficiência esperada, necessitando de grande mobilização para serem acessadas. Inúmeras foram as dificuldades até conquistarem o direito ao primeiro microcrédito, 10 anos depois de assentados e ainda tutelados por um serviço de ATER que pouco funciona e acaba por impor projetos padronizados aos agricultores, em lugar de construí-los junto com eles. Além disso, muitas das famílias ainda não foram contempladas.

Assim, mesmo sendo considerado um assentamento modelo na SR-28 do INCRA (regional na qual se insere), observa-se que muito falta para que seja consolidado em seus objetivos, ou seja, que as famílias possam viver integralmente na e da terra.

A criação da Feira Popular da Agricultura Familiar como projeto coletivo, representou motivação importante para ampliar a organização comunitária e investimento na produção de base agroecológica, o que, associado às visitas e oficinas técnicas coordenadas pela universidade, promovendo troca de experiências entre os próprios agricultores, mostraram-se eficientes para acelerar o processo de transição agroecológica das famílias. Essa situação demonstra a importância da ATER adequada para o avanço das famílias agricultoras. Além disso, a criação desta nova Feira na cidade, teve também papel importante para dar visibilidade a este segmento social e mostrar à população local a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional.

Discutir os desafios da vida cotidiana da comunidade e lançar luz sobre as questões políticas e sociais – do micro ao macro – que levam às diversas dificuldades encontradas representou importante passo para fortalecer as associações do assentamento e empoderar as famílias. Como resultado deste fortalecimento, as organizações vem ampliando sua presença em espaços públicos de participação social (conselhos municipais, conselho da APA

do Pouso Alto), que eram ocupados por representantes do agronegócio, que insistiam em representar a agricultura familiar, afirmando serem todos agricultores.

Pode-se concluir que o fortalecimento da agricultura familiar com produção de base agroecológica em assentamentos da região é caminho promissor para garantir a SAN na Chapada dos Veadeiros, e ao mesmo tempo contribuir para a conservação ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas. Neste sentido, fica clara a importância de investimentos públicos para o desenvolvimento integral deste potencial, que trará benefícios a todos que vivem na região, incluindo os próprios agricultores. Ressalta-se a importância de investimentos na adaptação às mudanças climáticas, sobretudo no que diz respeito à escassez de água.

Como reflexão final, é importante discutir o papel social da Universidade no contexto do desenvolvimento rural, unindo produção de conhecimento com transformação social, neste momento de crise da sociedade moderna e, conseqüentemente, da Universidade. Como assinalado por Santos (2005, p.73), a Extensão Universitária deveria ter nova centralidade nesse processo de transformação necessário às universidades, atribuindo-lhes papel na *“participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.”*

Ressaltamos a questão da exclusão social, condição em que vive a grande maioria dos agricultores familiares no Brasil, sobretudo aqueles dos assentamentos da Reforma Agrária, injustamente estigmatizada pelas elites nacionais. A análise da realidade em toda sua complexidade, sob a perspectiva transdisciplinar, permite trazer à luz elementos que, apesar de estarem nas entrelinhas, são fortemente percebidos nas posturas e falas de pessoas do convívio social dos agricultores e na sociedade em geral, reforçando essa exclusão. Ainda, no contexto da pesquisa social e da educação popular, identificamos como papel da ciência analisar de forma lúcida esses elementos, de forma a permitir modificação na condição social de grupos oprimidos. Novamente estamos em consonância com a escola de Freire, que observa a tendência da ciência em considerar que as desigualdades, as hierarquias e o autoritarismo existentes na sociedade não são temas a serem tratados no âmbito científico, por fugirem da objetividade da ciência (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1990). Consideramos que a Extensão Universitária é o *locus* adequado para rever essa postura ultrapassada e pouco comprometida com as grandes questões sociais do nosso tempo.

Referências Bibliográficas:

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture*. Basic Textbooks for environmental training. Un. of California, Berkeley, 2000.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. In: BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (org.) *Pesquisa participante: O saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2ª ed., 2006.

_____. Participar-Pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 2ª ed. 1985.

_____. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.142-160, abril 2016.

CAPORAL, F. R.; (org.), PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília, 2009.

EMBRAPA. *Marco Referencial em Agroecologia*. Brasília: Embrapa Inf. Tecnológica, 2006.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed., 1992.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 33ª ed., 2006.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis Publishing Group, 2007.

_____. The framework for conversion. In: GLIESSMAN, S.R.; ROSEMEYER, M. (eds.). *The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices*, Taylor & Francis Group: Florida, 2010.

NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Campinas-SP: Triom, 1999.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1990.

SANTOS, B. de S. *A Universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, D. J. da. *O Paradigma Transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental*, 1999.

STRECK, D. R., ADAMS, T. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade*. Curitiba: CRV, 2014.

THIOLLENT, M. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, C. R. e STRECK, D. R. (org.) *Pesquisa participante: O saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2ª ed., 2006.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.